



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.<sup>a</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Alteração

TÍTULO I

Disposições Gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 191.º

Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos

1 - O financiamento do PART nos transportes públicos é de € 138 600 000,00, acrescido do montante equivalente à Taxa de Atualização Tarifária aplicada em 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022, através da consignação de receitas do ISP nos termos do artigo seguinte da presente lei.

2 – É autorizada a transferência do Fundo Ambiental para as autoridades de transporte até mais € 100 000 000,00, para assegurar os níveis de oferta nos sistemas de transportes públicos abrangidos pelo PART nos anos de 2021 e 2022, tendo em conta um cenário mais adverso dos efeitos da crise pandémica no sistema de mobilidade, e verificação de uma queda de receita das empresas em resultado direto da pandemia, sendo o montante a transferir apurado trimestralmente, nos termos de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e da ação climática.

3 - O financiamento do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público nos transportes públicos é de € 50 000 000,00, através do Fundo Ambiental, nos termos do despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente e da ação climática.

Assembleia da República, 12 de maio de 2022

Os Deputados,

Paula Santos, Bruno Dias, Alma Rivera, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa, João Dias

Nota Justificativa:



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

A redução dos preços nos transportes públicos e o alargamento do passe social intermodal a todas as carreiras de todos operadores, objetivo pelo qual o PCP se bateu durante mais de duas décadas, foi um avanço de um significado inegável para a vida concreta das populações, na sua mobilidade, na sua qualidade de vida, com tarifários mais justos e acessíveis, beneficiando as crianças e jovens, os reformados, pensionistas e idosos e a população em geral. Desde 1997 que o PCP lutou com as populações por esta importante conquista que é necessário defender e alargar.

Em algumas regiões do País, sobretudo nas regiões do interior estão identificadas inúmeras limitações na intermodalidade, qualidade e quantidade da oferta, o que exige o reforço do financiamento para o alargamento da oferta de transporte público em todo o território. Assim, o PCP propõe o aumento da dotação do PROTransP com o objetivo de reforçar o transporte pública e garantir a toda a população a redução do preço do passe social.

O caminho iniciado pela luta das populações e pela determinação do PCP na redução do preço dos passes sociais é necessário defender e aprofundar. O PCP propõe o reforço de verbas para o Programa de Apoio à Redução tarifária, por outro lado o PCP apresenta ainda uma proposta de criação de um mecanismo permanente de financiamento do PART que não esteja dependente da decisão em cada Orçamento do Estado, designadamente através da criação da Contribuição de Serviço Público de Transportes Públicos.